

SALGUEIRO, CASTANHEIRA & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
(Inscrita sob o n.º 151)

RELATORIO ANUAL DE TRANSPARÊNCIA

Exercicio Findo em 31 de Dezembro de 2011

1. Introdução

O presente relatório é emitido nos termos do disposto do artigo 62º A do decreto lei nº 487/99, de 16 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo no artigo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro, que estipulam que os revisores oficiais de contas e as sociedades de revisores oficiais de contas que realizem auditoria às contas de entidades de interesse público, devem publicar no seu sítio na Internet, no prazo de três meses a contar do fim de cada exercício financeiro, um relatório anual de transparência.

2. Estrutura jurídica e propriedade

Salgueiro, Castanheira & Associado, SROC, NIF 504283146 foi constituída a 18 de Dezembro de 1997. Está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas na sua lista das sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 151.

A sociedade tem sede na Rua do Coudel, n.º30, Bloco A, 1º andar, 2725-274 Mem Martins. Tel: (+351) 21 922 5500, Fax: (+351) 21 922 5509, Email: geral@sca-sroc.pt.

O Capital Social é de 50.100,00 Euros e está distribuído pelos seguintes sócios, todos revisores oficiais de contas:

Sócio	ROC nº	Valor €	%
Fernando da Silva Salgueiro	774	16.700,00	33,33
Natércia Pires Fernandes Castanheira	837	16.700,00	33,33
Maria do Céu dos Reis Roseiro Pinto Almeida	876	16.700,00	33,33

3. Ligação com uma rede

A sociedade de revisores oficiais de contas não pertence nem está ligada a uma rede, conforme descrita no n.º 11, do art. 68º - A do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

4. Estrutura de governação

A Sociedade foi gerida no exercício de 2011 por dois dos seus sócios e obriga-se pela assinatura de um dos sócios para assuntos de mero expediente. A gestão funcional encontra-se distribuída por pelouros afectos a cada um dos sócios.

Todos os colaboradores estão sujeitos a um processo de avaliação anual do seu desempenho, com base em critérios objectivos adoptados para o efeito.

5. Sistema de Controlo Interno da Qualidade

A sociedade adopta um princípio de selecção de clientes o que faz com que disponha duma estrutura de dimensão simples dos controlos implementados sobre os dossiers dos clientes que, dum modo geral, correspondem a pequenas e médias empresas. Possui um Manual de Controlo de Qualidade, elaborado com base no guia de controlo de qualidade para firmas de auditoria de pequena e média dimensão, o qual contempla as exigências da norma internacional sobre controlo qualidade 1 (NICQ1), nomeadamente os requisitos éticos relevantes, aceitação e continuidade de clientes, recursos humanos, execução de trabalho, monitorização e papéis de trabalho.

Neste contexto, considera-se que o sistema interno de controlo de qualidade praticado pela sociedade é adequado à sua actividade e dimensão e o seu funcionamento tem-se manifestado eficaz.

6. Última verificação de controlo de qualidade

A última verificação de controlo de qualidade a que se refere o artigo 68º do Estatuto da ordem dos revisores Oficiais de Contas foi efectuada no ano de 2011. E revelou-se satisfatória.

7. Lista de Entidades de Interesse Público onde esta SROC exerce funções

No exercício de 2011 a sociedade realizou a revisão legal de contas imposta por disposição legal às entidade de interesse público, de acordo com a qualificação estabelecida no artigo 2º do decreto lei nº 225/2008, de 20 de Novembro, a que se refere o Anexo II do presente relatório.

8. Políticas e práticas de Independência

A Sociedade adopta os princípios e as práticas de independência estabelecidos na legislação aplicável e no Código de Ética e Deontologia Profissional dos Revisores Oficiais de Contas.

Confirmamos que as práticas de independência relativas à sociedade, sócios e colaboradores encontram-se adequadamente adoptadas e, salvaguardam o estabelecido na legislação e regulamentação aplicável.

9. Políticas e práticas adoptadas na formação contínua dos Sócios e Colaboradores participantes em trabalhos de auditoria

A Sociedade tem uma política que incentiva os Sócios e Colaboradores a frequentar acções de formação cujos conteúdos se revelem importantes para o exercício de actividade, existindo à partida programas destinados a cada grupo profissional. Tem sido politica da sociedade dar cumprimento ao estabelecido na legislação e regulamentação aplicáveis em matéria de formação contínua.

10. Informação Financeira

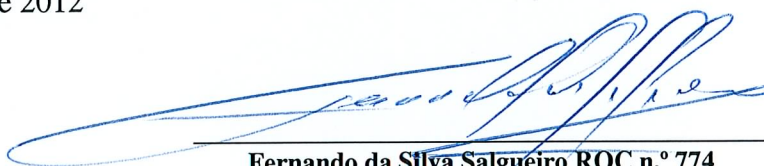
No exercício de 2011, o volume de negócios da Sociedade repartiu-se da seguinte forma (valores em euros):

1	Revisão/Auditoria às contas	246.842,65
2	Outros Serviços	1.500,00
3	Formação e consultoria	11.182,8
	Total	259.525,45

11. Base remuneratória dos Sócios

A base remuneratória dos sócios é feita de acordo com os estatutos da sociedade, o qual estipula que os resultados apurados em cada exercício são aplicados conforme deliberação da assembleia geral em função da contribuição de cada sócio na actividade da mesma.

Mem Martins, 27 de Março de 2012



Fernando da Silva Salgueiro ROC n.º 774
em representação de

Salgueiro, Castanheira & Associado, SROC



SALGUEIRO, CASTANHEIRA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
(Inscrita sob o n.º 151)

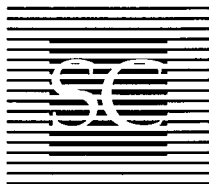
Anexo I

Declaração relativo à eficácia do sistema do controlo interno

Em conformidade com o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 62.º A do Decreto Lei n.º 487/99 de 16 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo decreto Lei n.º 224/2008 de 20 de Novembro, declaramos a eficácia do sistema interno do controlo de qualidade da sociedade.

Mem Martins, 27 de Março de 2012

Fernando da Silva Salgueiro ROC n.º 774
em representação de
Salgueiro, Castanheira & Associado, SROC



SALGUEIRO, CASTANHEIRA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
(Inscrita sob o n.º 151)

Anexo II

Listagem da Entidade de Interesse Público relativamente às quais a sociedade realizou no exercício de 2011 uma revisão legal de contas imposta por disposição legal alínea f) do n.º 1 do artigo 62º A do decreto lei 487/99, de 16 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo decreto lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

- a) EMPRESAS PÚBLICAS QUE DURANTE DOIS ANOS CONSECUTIVOS APRESENTAM UM VOLUME DE NEGÓCIOS SUPERIOR A € 50.000.000 OU UM ACTIVO LÍQUIDO TOTAL SUPERIOR A € 300.000.000.

Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE

Lisboa, 27 de Março de 2012

Fernando da Silva Salgueiro ROC n.º 774
em representação de
Salgueiro, Castanheira & Associado, SROC